

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 13 de Abril:
Demittindo do respectivo cargo o auditor administrativo do distrito do Funchal.
Determinando que os professores primários oficiais, que exercam outras funções incompatíveis com os serviços escolares, sejam mandados optar pelas suas funções extra-escolares ou pelas do exercício do magistério.
Decreto de 24 de Fevereiro, permitindo a inscrição em qualquer das circunscrições da República a todos os professores que se encontravam nas circunstâncias mencionadas no decreto de 5 de Junho de 1911.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Portarias de 13 de Abril, louvando os membros da Junta de Paróquia de Santa Cruz e outros cidadãos, por serviços relevantes prestados à instrução popular.
Aviso de ter sido retirada de concurso a escola para o sexo masculino da freguesia de S. Miguel do Mato.
Documentos acêrea do inquérito à Imprensa Nacional de Lisboa, realizado em 1911.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos criando e extinguindo postos de registo civil.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.
Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Éditos para renovação dum título de renda vitalícia.
Habilitações para levantamento de créditos.
Relações de títulos de renda vitalícia.
Arrematações (Folha n.º 36, apensa ao Diário de hoje):
Lista n.º 9:604.—No dia 9 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Viana do Castelo.—Bens do paróco da Junta de Paróquia da freguesia de Grade, situados no concelho de Arcos de Valdevez.
Lista n.º 9:605.—No dia 9 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Leiria.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Leiria e Caldas da Rainha.
Lista n.º 9:606.—No dia 9 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Viana do Castelo e simultâneas nesta Inspeção e na Repartição de Finanças do concelho da Ponte da Barca.—Bens de várias corporações, situados em vários concelhos.
Lista n.º 9:607.—No dia 9 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças do Pôrto.—Terrenos pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, no mesmo concelho. Arrematações simultâneas na Inspeção Distrital de Finanças do Pôrto e Repartição de Finanças de Valongo.—Bens pertencentes à Junta de Paróquia da freguesia de S. Martinho do Campo, no concelho de Valongo.
Lista n.º 9:608.—No dia 9 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Bens pertencentes às Juntas de Paróquia de Silves e da Fuzeta e à Câmara Municipal de Vila do Bispo, situados nos concelhos de Silves, Ollhão e Vila do Bispo.
Lista n.º 9:609.—No dia 13 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens de várias corporações, situados nos concelhos de Abrantes e Santarém.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 1 (série A), referida a 31 de Janeiro.
Portaria de 13 de Abril, exonerando um primeiro tenente da armada dum comissão no estrangeiro, para que fôra nomeado em 1906.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 12 de Abril, substituindo dois vogais do Conselho Mixto das Oficinas Hidráulicas.
Portaria de 13 de Abril, mandando abrir concurso para a construção das pontes sobre os rios Sorraia e Sorraia Velho, num lance de estrada de Coruche a Monte da Barca.
Anúncio, programa e condições do concurso a que se refere a supracitada portaria.
Alvará de 6 de Abril, concedendo a propriedade dum mina de cobre situada no concelho de Arronches.
Nota dos candidatos admitidos ao concurso para chefes de divisão dos serviços telegrapho-postais.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 13:828.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, anúncio de concurso para compra de cambiais; aviso acêrea do pagamento de juros.
Governo Civil de Lisboa, anúncio para arrematação de placas de ferro esmaltado.
Administração do 2.º bairro de Lisboa, aviso acêrea dum achado de dinheiro.
Penitenciária Central de Lisboa, aviso acêrea do falecimento dum recluso.
Montepio Oficial, éditos para habilitação de pensionistas.
Alfândega de Lisboa, anúncio para arrematação de artigos diversos.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do pórtio de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES:

N.º 115—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Pôrto, em 11 de Abril.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Março 2

Rómulo Alves de Oliveira—nomeado inspector da 2.ª circunscrição da policia do Pôrto. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 23 de Março de 1912).

Março 9

Artur Caldeira Scévola—ratificada a sua nomeação de inspector da 1.ª circunscrição da policia do Pôrto, feita em Outubro de 1910, e contado o exercício do seu lugar desde a data da posse, que teve lugar em 25 daquele mês. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 16 de Março de 1912).

Abril 13

Francisco de Sousa Moura—nomeado administrador do concelho de Avis.

António Henriques Máximo Júnior—exonerado de administrador do concelho de Vagos.

Francisco Ferreira da Encarnação—nomeado administrador do concelho de Vagos.

Carlos Alberto da Silva Pinheiro—exonerado, como pediu, de administrador do concelho da Horta.

José Ernesto. Pôças Leitão—nomeado administrador substituto do concelho da Vidigueira.

Secretaria do Ministério do Interior, em 13 de Abril de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º, n.º 4.º, da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, demittir, nos termos do artigo 314.º do Código Administrativo, de 4 de Maio de 1896, do cargo de auditor administrativo do distrito do Funchal, o bacharel Francisco Dias do Socorro, porque tendo sido nomeado por decreto de 3 de Dezembro de 1903 e tomado posse, por procuração, em 11 de Junho de 1904, não se apresentou a exercer as respectivas funções até a presente data, por motivo de doença.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 13 de Abril de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Direcção Geral da Instrução Primária

Atendendo a que o decreto de 5 de Junho último, permitindo a inscrição como professores de ensino livre aos indivíduos que exerciam o magistério primário à data da publicação do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, não pôde abranger todos os professores em virtude do seu curto prazo, e que ainda subsistem as mesmas razões e vantagens para o ensino alegadas no citado decreto: hei por bem permitir a respectiva inscrição em qualquer das três circunscrições da República a todos os professores que se encontravam nas circunstâncias do decreto de 5 de Junho de 1911.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 24 de Fevereiro de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Atendendo a que não está ainda regulamentado, na parte respectiva, o decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, e que convém não só manter a doutrina do artigo 2.º do decreto de 30 de Setembro de 1907, para provimentos em concurso, mas também providenciar no sentido de não continuarem no exercício do magistério primário official indivíduos que exercam funções de facto incompatíveis com os serviços escolares;

Sob proposta do Ministro do Interior:

Hei por bem decretar que os párocos de qualquer freguesia, médicos e farmacêuticos de partido e outros funcionários em que a mesma incompatibilidade se manifeste,

sejam mandados optar pelas suas funções extra-escolares ou única e exclusivamente pelo exercício do magistério.

Paços do Governo da República, em 13 de Abril de 1912.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

2.ª Repartição

Por despacho ministerial de hoje:

Concedidos trinta dias de licença ao professor da Escola Normal para o sexo masculino de Coimbra, Carlos da Silva Oliveira, por motivo de doença. Tem de pagar os respectivos emolumentos.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 13 de Abril de 1912.—O Director Geral, *Leão Azêdo*.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República que a comissão administrativa da junta de Paróquia da freguesia e concelho de Santa Cruz, da Ilha Graciosa, composta dos cidadãos Lino Leão Magalhães, António da Cunha Bettencourt, Manuel Maria dos Santos, João Pacheco da Cunha e António Ferreira Silveira, incluíram no seu orçamento ordinário, para o corrente ano, várias verbas, na importância de 814\$000, réis, insulanos, destinados ao melhoramento e reparação dos edificios escolares daquela freguesia, à compra de mobiliário e material de ensino, bem como a livros e vestuário para as crianças pobres que frequentam as escolas da mesma freguesia: Manda o mesmo Governo que, pelo Ministro do Interior seja dado público testemunho de louvor àqueles beneméritos cidadãos pelos serviços de benemerência prestados à causa da instrução popular.

Dado nos Paços do Governo da República, em 13 de Abril de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa que os cidadãos Artur Alves Ribeiro, Joaquim Alves Ribeiro, António Alves Ribeiro e Alfredo Alves Ribeiro, ofereceram casa, mobilia e subsídio ao professor do curso nocturno de S. Pedro do Sul: manda o mesmo Governo que aos referidos cidadãos seja dado público testemunho de louvor pelo acto de benemerência que acabam de praticar em favor do desenvolvimento da instrução popular.

Dado nos paços do Governo da República, em 13 de Abril de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Para os efeitos se declara que tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 1 do corrente mês, o despacho ministerial de 29 de Março último, que nomeou professor interino, da Escola Normal do Pôrto, José Pinto de Queiroz Magalhães.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 9 de Abril de 1912.—O Director Geral, *Leão Azêdo*.

3.ª Repartição

Por despacho de 26 de Março findo, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 do mesmo mês:

Raimundo José Lagoas, professor primário da escola central da cidade de Tavira—nomeado regente da mesma escola.

Por haverem saído com inexactidão nos Diários do Governo n.º 57 de 9 de Março findo, e n.º 79 de 4 do corrente mês, novamente se publicam os seguintes despachos:

Por despacho de 27 de Fevereiro último, com o visto de 2 de Março findo:

Francisco de Paula Pimentel Correia, professor de 3.ª classe, em virtude do disposto do artigo 88.º do decreto de 29 de Março de 1911—colocado na escola da freguesia de Agualva, concelho da Praia da Vitória, círculo escolar de Angra do Heroísmo.

Por despacho de 16 de Março findo, com o visto de 22 do mesmo mês:

Gracinda da Silva Carvalho de Azevedo, professora da escola para o sexo masculino da freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia, círculo escolar do Pôrto (occidental)—transferida, em virtude do artigo 29.º do decreto de 29 de Março de 1911, para o segundo lugar da escola do sexo feminino da freguesia de S. Pedro, da cidade e círculo escolar de Elyas.

Nomeado, por alvará de 14 de Março findo, Abel Lopes Barbas—professor interino para a escola da freguesia de Pinhangos, concelho de Ceia, círculo escolar de Gouvêa. (Tem o visto de 9 do corrente mês).